



# ORE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

## Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Ore Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Ore Securitizadora S.A. declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	5	1.920	913
Outras contas a receber	6	-	3.320
Tributos a recuperar	7	456	506
		<b>2.376</b>	<b>4.739</b>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	8	46	60
		<b>46</b>	<b>60</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.422</b>	<b>4.799</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)						
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de dividendos a distribuir	Resultado líquido dos exercícios	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		827	165	445	-	1.437
Lucro líquido do exercício		-	-	-	430	430
Constituição de reservas		-	-	430	-	430
Distribuição de dividendos propostos	13.2.3	-	-	(855)	-	(855)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>827</b>	<b>165</b>	<b>20</b>	<b>(411)</b>	<b>1.012</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(411)	(411)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>827</b>	<b>165</b>	<b>20</b>	<b>(411)</b>	<b>601</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. Contexto operacional: A Ore Securitizadora S.A. (Companhia ou Securitizadora)** é uma sociedade securitizadora de direitos creditórios do agronegócio e direitos creditórios imobiliários dedicada à aquisição, securitização, emissão, negociação e prestação de serviços relacionados a direitos creditórios do agronegócio e imobiliários passíveis de securitização. Constituída em 30 de junho de 2010, sob a forma de Sociedade limitada com nome de ARP Participações Ltda. em Ata de Reunião dos Sócios realizada em 05 de agosto de 2010, foi transformada em Sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado e teve sua razão social alterada para Brasil Agrosec Companhia Securitizadora. Em AGE de 23 de janeiro de 2016 a denominação social foi alterada para **Ourinvest Securitizadora S.A.** Após alteração de seu objeto social com a inclusão das atividades de securitização imobiliária, bem como outras soluções administrativas a Companhia já demonstrava a retomada de seus lucros e a rentabilidade. Em AGE (Assembleia Geral Extraordinária) realizada em 07 de junho de 2022, a denominação social foi alterada para **Ore Securitizadora S.A.**, em virtude da alteração do controle indireto, na qual a **Fator Capital S.A.** adquiriu o controle da então **Ourinvest Real Estate Holding Ltd.** por sua vez controladora da **Ourinvest Securitizadora S.A.** As empresas deixaram de fazer parte do grupo Ourinvest, e a razão social foi alterada para **Ore Securitizadora S.A.** de forma a refletir essas mudanças. A Companhia tem por objeto social: **a)** Aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários e do agronegócio, nos termos da Lei nº 11.076/04, e suas eventuais alterações posteriores com a consequente emissão de colocações dos Certificados Recebíveis Imobiliários (CRIs) e do Agronegócio (CRAs) correspondentes no mercado financeiro e de capitais; **b)** A realização de quaisquer atividades compatíveis com seu objeto, relativamente a tais direitos creditórios, a incluídas, sem limitação, a Administração, alienação e a recuperação dos direitos creditórios por ela adquiridos; **c)** A realização de operações de *hedge* em créditos derivativos, visando à cobertura de riscos de sua carteira de direitos creditórios e meros do agronegócio. **2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Autorização:** A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria da Companhia em 23 de fevereiro de 2024. **2.2. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Conforme previsto na Lei nº 9.514/97 (alterada pela Lei nº 14.711, de 2023), as Companhias Securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter a contabilidade individualizada por projeto. Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, incluem os saldos relativos à Companhia, bem como os saldos relativos ao projeto. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas informações são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Securitizadora. **Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas do CPC, as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessário, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no próprio período em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios da Securitizadora. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A Companhia reconhece a receita, quando aplicável, e somente quando: i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; e ii) É provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia. Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido transferidas para o cliente. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.3. Ativo circulante:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **3.4. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas da Companhia. **3.5. Passivos:** Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro no qual não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio do resultado; e (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **3.7. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço. **3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver alguma evidência de "impairment" para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa registrada no patrimônio líquido é transferida e reconhecida na demonstração do resultado. **3.10. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A legislação societária brasileira requer a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras. **3.11. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 03 – Demonstrações dos fluxos de caixa. **3.12. Resultado por ação:** Resultado de acordo com o CPC 41, o resultado básico por ação é obtido dividindo-se o calculado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações. **3.13. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas por devedores duvidosos, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, determinações de provisões para imposto de renda, passivos contingentes e outros similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia está sujeita ao curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final. Não é possível garantir que essas autoridades não autuaram a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

**4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)	Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante	Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito de a entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.	01/01/2024 (dever ser aplicadas retrospectivamente)
IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores	Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciado) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenham impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	7	17
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 14)	1.913	896
	<b>1.920</b>	<b>913</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento Patrimônio Separado (a)	-	3.141
Adiantamentos a fornecedores	-	179
	-	<b>3.320</b>

(a) No encerramento do exercício de 2022 a conta apresentava saldo que se referia ao adiantamento realizado ao Patrimônio Separado da 30ª Série com o objetivo de liquidação de evento, o qual possui prazo de recebimento previsto para fevereiro de 2023. Este recurso foi obtido por intermédio da Cédula de Crédito Bancário firmada junto ao Banco Fator S/A.

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	102	95
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL recolhido por estimativa	-	213
Impostos a compensar	354	198
	<b>456</b>	<b>506</b>

Descrição	Taxas anuais médias de		Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
	depreciação (%)	31/12/2023				
Instalações	10%	32	(21)	11	15	
Computadores e periféricos	20%	33	(29)	4	6	
Móveis e utensílios administrativos	10%	93	(62)	31	39	
Equipamentos de comunicação	10%	4	(4)	-	-	
		<b>162</b>	<b>(116)</b>	<b>46</b>	<b>60</b>	

Demonstrações do Resultado			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	1.077	3.718
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>1.077</b>	<b>3.718</b>
Receitas/(despesas) operacionais	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	18	(1.220)	(3.326)
Resultado financeiro líquido		(268)	223
		<b>(1.488)</b>	<b>(3.103)</b>

**Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**  
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro 19 (411) 615  
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício (411) 430  
Quantidades total de ações  
Lucro líquido / (Prejuízo) por ação do capital social nos exercícios - R\$ (0,50) 0,52  
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício</b>	(411)	430
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(411)</b>	<b>430</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A movimentação do ativo imobilizado está detalhada a seguir:

Custo	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2023
Instalações	32	-	-	33
Computadores e periféricos	33	-	-	33
Móveis e utensílios administrativos	93	-	-	93
Equipamentos de comunicação	-	-	-	-
	<b>162</b>	-	-	<b>162</b>

Depreciação acumulada	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2023
Instalações	(17)	(4)	-	(21)
Computadores e periféricos	(27)	(2)	-	(29)
Móveis e utensílios administrativos	(54)	(8)	-	(62)
Equipamentos de comunicação	(4)	-	-	(4)
	<b>(102)</b>	<b>(14)</b>	-	<b>(116)</b>

	31/12/2023	31/12/2022
<b>9. Contas a pagar</b>		
Recebimentos Cetip	3	1
Adiantamento de receitas (a)	378	591
	<b>381</b>	<b>592</b>

(a) Referem-se às receitas de gestão, transferidas para a Securitizadora, que são apropriadas em receitas mensais.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>10. Obrigações tributárias</b>		
Imposto Sobre Serviços - ISS a recolher	5	4
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recolher	6	4
Outros impostos a recolher	-	10
	<b>11</b>	<b>18</b>

**11. Gerenciamento de riscos:** As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir descritos: **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Administração adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. **b) Risco de liquidez:** Trata-se do risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis. Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez. **c) Risco de mercado:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, os CRIs emitidos pela Companhia, são remunerados a taxas pré-fixadas acrescidas e mesmo índice de atualização monetária a que estão sujeitos as CCI que lastreiam a emissão.

**12. Operações por segmento:** Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 "Informações por segmento", que é equivalente ao IFRS 8 "Segmentos operacionais". O CPC 22 é mandatório para demonstrações financeiras cujos exercícios se encerram a partir de 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar seus desempenhos. A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários) e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

**13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 827, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 826.755 ações ordinárias (827.755 ações em 2022), sem valor nominal. **13.2. Reserva lucros: 13.2.1. Reserva legal:** A reserva legal foi constituída até o limite de 20% do capital social, sendo R\$ 165 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 165 em 31 de dezembro de 2022). **13.2.2. Reserva de dividendos a distribuir:** Em 31 de dezembro de 2022 o resultado referente ao lucro líquido do exercício foi destinado a reserva de dividendos a distribuir. **13.2.3. Dividendos pagos antecipadamente:** No exercício de 2023, não houve distribuição de dividendos. Já no exercício de 2022, ocorreu o pagamento dos dividendos propostos nos montantes de R\$ 401, efetuado em 21 de janeiro de 2022, R\$ 44 em 12 de maio de 2022, referentes aos lucros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 200 em 12 de maio de 2022 a título de antecipação de dividendos referente ao resultado apurado no balançete de abril de 2022. Em 30 de novembro de 2022 ocorreu o pagamento de antecipação de dividendos, no montante de R\$ 210, totalizando R\$ 855 distribuídos durante o ano de 2022. **14. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais do balanço fiduciário, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como reduzir a exposição de riscos e de taxas de juros:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecidos no resultado</b>		
Ativos a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecidos no resultado	1.913	896
Ativos a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecidos no resultado	1.913	896

Os valores pelos quais estes instrumentos financeiros estão registrados aproximam-se dos seus respectivos valores de mercado, não produzindo, portanto, diferenças significativas na apresentação contábil. **15. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Conforme requerido nas normas brasileiras de contabilidade aplicáveis às Companhias abertas, a Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado. Essas demonstrações fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do produto interno bruto, por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades e a distribuição desses montantes aos seus empregados, entidades governamentais, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à Companhia. **16. Contingências:** A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza tributária, trabalhista ou cível, que devam estar registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e de 2022. **17. Receitas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia gerou receitas líquidas de R\$ 1.077 R\$ 3.718 em 31 de dezembro de 2022) relativas às emissões de CRA e CRI.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18. Despesas gerais e administrativas</b>		
Despesa com consultoria	-	(679)
Despesa com salários e benefícios	-	(1.832)
Anúncios e publicações	(17)	(58)
Perdas na baixa de imobilizado	(14)	(34)
Outras despesas administrativas (a)	(1.220)	(623)
	<b>(1.289)</b>	<b>(3.326)</b>

(a) Saldo substancialmente composto por despesas com cartório, taxas CVM, Associações, refeições e eventos.

**19. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro líquido / (Prejuízo) antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL</b>	(411)	615
(-) exclusões	-	-
<b>Resultado tributável</b>	<b>(411)</b>	<b>615</b>
IRPJ - 15%	-	92
Adicional de IRPJ - 10% - (a)	-	38
CSLL - 9%	-	55
<b>Total de IRPJ / CSLL 34%</b>	<b>-</b>	<b>185</b>

(a) Adicional de 10% da parcela do lucro tributável que excedeu R\$ 240 mil.

**20. Informações sobre emissão de certificados de recebíveis:** Com a publicação



Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)		
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(411)	430
<b>Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação imobilizado	14	(111)
Amortização intangível	-	